



TRANSTEXTUALIDADES: DAS COMPLEMENTAÇÕES DO MODELO SEMIÓTICO-TEXTUAL

Humberto Ivan Keske

Doutorando em Comunicação Social

Programa de Pós-Graduação – PUCRS

betokeske@ig.com.br

O modelo semiótico-textual, conforme proposto por Umberto Eco e Paolo Fabbri, em 1979, representa um novo delineamento teórico e uma nova reorganização metodológica da pesquisa em comunicação, pois já não mais situa a *mensagem* no centro do processo comunicativo, mas sim o *texto*, entendido como um grande *tecido intertextual* de significação. Composto por uma série de fragmentos, códigos e linguagens provenientes de outros textos, passa a ser visto como o local onde as várias linguagens se articulam, se interpenetram, colidem.

O conceito de texto deve ser aqui entendido como um “todo de sentido”, cujas propriedades internas constituem uma unidade significativa singular que combina *coesão* e *coerência*. “A ‘coesão’ refere-se à interdependência e a interconectividade dos elementos. A ‘coerência’ é aquilo que permite ao texto fazer sentido para um intérprete” (BARTHES, 1988, *apud* SANTAELLA, 1992: 395).

Para além da completude e da polifonia de vozes interpretativas que se fazem escutar, o que caracteriza um texto também é o fato de ser um *tecido* repleto de não-ditos, que necessita do auxílio do leitor para complementar e dizer esses não-ditos.

Esta transformação do referencial teórico surge a partir da evolução interna da própria teoria semiótica e vem complementar o modelo semiótico-informativo, estabelecendo que os destinatários não recebem somente uma *única* mensagem, reconhecível e formulada com base em um determinado código, que será decodificada a partir dos códigos dos destinatários, mas sim recebem *conjuntos de práticas textuais*. Além do mais, esta multiplicidade de mensagens que os destinatários emitem e recebem localiza-se não mais no âmbito interno de um “sistema fechado” laboratorial, como nas categorias idealizadas pelos modelos precedentes, mas no



complexo espaço polissêmico de uma determinada *cultura*, heterogênea, multifacetada e imprevisível por sua própria natureza.

Neste sentido, o modelo semiótico-textual contempla uma noção geral de cultura, entendida enquanto *mecanismo gerador* de um conjunto de textos que, por sua vez, representam a expressão dessa cultura. A idéia de *cultura* manifestada enquanto *texto* compreende a diferenciação, estabelecida por Fabbri (1973), entre uma cultura erudita assim convencionada como *gramaticalizada*, uma vez que define os próprios sistemas de regras que são aceitas e reconhecidas por toda uma comunidade discursiva, atuando como fator determinante na criação de textos; de uma cultura considerada *textualizada*, representada pela cultura das comunicações de massa, “na qual são as práticas textuais que se impõem, se difundem e se constituem como modelos, correntes, gêneros” (FABBRI, 1973: 65, *apud* WOLF, 1995: 114).

Graças à *mediação* proporcionada pelo caráter *textualizado* da cultura, particularmente importante na constituição teórica do modelo semiótico-textual, temos a ampliação da noção de *mensagem*, relacionada a uma substância expressiva única, verbal ou visual, para uma noção de *texto*, que implica a articulação de diversas substâncias e códigos. Deste modo, através das mediações culturais, ocorre a *circulação* das práticas textuais, que são fatores decisivos para a compreensão do processo comunicativo, uma vez que a ênfase deixa de estar colocada unicamente no pólo emissor, passando a adquirir relevância justamente a *dinâmica* existente entre destinador e destinatário, com o devido reconhecimento de suas diferenças e, principalmente, do papel desenvolvido por ambos os pólos na atividade de construção e funcionamento da *significação textual*.

Esta transformação no recebimento de *conjuntos textuais* por parte dos destinatários, ao invés de *mensagens*, e a necessidade de uma competência textual sustentada e enriquecida por um *contexto cultural*, representam um grande avanço em relação ao modelo semiótico-informativo. Neste modelo, a informação era vista apenas como um *continuum* de dados propagados através de um único código, não se levando em consideração o aspecto assimétrico presente entre emissor e receptor, objetificados enquanto pontos na cadeia comunicativa de transmissão da informação. Entretanto, longe de ser descartado pela linearidade e funcionalidade previsíveis em sua organização interna, alguns aspectos presentes

no modelo semiótico-informativo vieram a se somar aos elementos com os quais o modelo semiótico-textual já se preocupava.

A integração entre os dois modelos semióticos indicava a necessidade de *contextualização* dos *sistemas de conhecimento* dos destinatários, que interferiam diretamente na interpretação dos textos recebidos. O processo comunicativo, a partir desta premissa, começa a admitir certos “desvios interpretativos”, onde os problemas decorrentes da codificação/decodificação do emissor/receptor deixam de ser associados unicamente aos “ruidos” provocados por possíveis interferências técnicas externas ao sistema, aparecendo ligados ao conhecimento particular de cada destinatário e à sua competência textual, seja lingüística, enciclopédica ou interpretativa.

Esta *competência plural*, constituída pela convergência de inúmeros fatores cognoscentes associados entre si e necessária para a decodificação dos diferentes sistemas intertextuais que envolvem o processo comunicativo, está presente como articuladora e mediadora entre os dois pólos da relação comunicacional, armazenada culturalmente sob a forma de um conhecimento enciclopédico. Longe de produzir uma transmissão da informação de sentido unívoco, a heterogeneidade de fatores envolvidos no entendimento entre emissores e receptores traz à tona complexos jogos interpretativos, que ora se antagonizam, ora se complementam, ora se harmonizam na produção de uma determinada significação.

Neste sentido, o modelo teórico proposto por Eco e Fabbri prioriza o *caráter negociável* da significação e da comunicação, uma vez que a *interação comunicativa* se constrói junto com o texto, atribuindo-lhe sentido. Grandi enquadra o modelo semiótico-textual “dentro do paradigma chamado de ‘interacional’, que acentua na finalidade da distinção, realizada *a priori*, entre fatos de sentido e fatos sociais: os fenômenos de sentido adquirem forma somente mediante sua contextualização social e, em sentido inverso, as informações sobre os fatos sociais se expressam lingüisticamente, produzindo assim a necessidade de analisar as categorizações lingüísticas que as têm tornado possíveis” (GRANDI, 1995: 74).

É esta concepção negociada e continuamente renovável que o modelo semiótico-textual procura dar conta, mostrando as diferentes possibilidades que o receptor tem de *interagir* com o caráter textualizado do universo das comunicações de massa, através de

movimentos interpretativos e de competências diferenciadas que ocorrem/concorrem para a realização do processo comunicativo.

Deste modo, ao se propor estudar os fenômenos da comunicação de massa e o funcionamento interno de um texto, o modelo semiótico-textual contempla os percursos interpretativos que o receptor/destinatário tem de atualizar, a partir da pressuposição de um leitor-modelo que se proponha a seguir as indicações propostas pelo emissor/autor. Neste sentido, primeiramente são enfocados pelo modelo os aspectos que se referem ao tipo de destinatário previsto pelo emissor e que o texto prefigura para, posteriormente, levar-se em consideração os elementos do conhecimento comum [enciclopédia] partilhados entre emissor e receptor, através de um contexto específico, pressuposto pelo próprio texto.

Como os conjuntos de práticas textuais pressupõem um trabalho interpretativo por parte do destinatário, é o próprio texto quem fornece as instruções para a formação do seu leitor-modelo, entendido enquanto um *jogo de estratégias textuais* que aceita a *convenção narrativa* proposta pelo autor, e que deve estar disposto também a acatar como válidos certos níveis e subníveis nele contidos. Entretanto, Umberto Eco enfatiza que “a relação entre autor-modelo e leitor-modelo não é uma relação de fidelidade; pode ser até mesmo uma relação conflituosa. Devemos prever esta relação” (ECO, 1984: 100). Por ser *modelo*, o leitor ideal é aquele que coopera com o texto nas atualizações previstas e que se propõe a seguir os indicativos por ele fornecidos.

A propósito da relação entre *autor-modelo* e *leitor-modelo*, uma vez que se referem a estratégias textuais relacionadas à assimetria dos papéis comunicativos, e são determinados pelas diferentes competências textuais entre emissor e receptor, Eco coloca que “um texto pode propor não apenas um, mas vários leitores-modelo... Há textos que podem desejar ser lidos em muitas direções; diria até mesmo que propõem um *genus* de autor-modelo, do qual derivam depois várias espécies, e o próprio indivíduo empírico pode ser em momentos diversos dois tipos de leitor-modelo” (ECO, 1984: 103).

Umberto Eco (1986) estabelece que as estratégias textuais previstas para este leitor ideal partem de um dicionário mínimo de significação, chamado de *manifestação linear*, que representa o *plano denotativo* que o leitor deve descobrir. Neste aparente primeiro contato com o texto, entendido como plano denotativo, o autor se expressa através de um código já existente, que justamente deverá ser decodificado pelo seu leitor. Entretanto, dispondo ou não



do entendimento do código, haverá um leitor que decodificará este plano mínimo de significação.

Extravassando este primeiro plano, o leitor/sujeito/receptor já está em condições de acrescentar/perceber no texto uma série de informações fundamentais para sua interpretação. As *circunstâncias de enunciação*, próxima etapa interpretativa a ser atualizada por este leitor-modelo, dizem respeito a tudo o que é *externo* ao texto. Referem-se às condições de *produção do discurso*; condições em que o próprio texto foi emitido. As circunstâncias de enunciação representam, pois, o momento em que o leitor faz suas primeiras inferências interpretativas acerca do texto que está experimentando, “porque dificilmente nos aproximamos de um texto sem fazer previsões ou avançar suposições sobre a natureza do emissor e sobre as circunstâncias em que o texto foi emitido” (ECO, 1984: 109).

De qualquer forma, ainda que a complementação dos interstícios textuais contemple uma série de percursos interpretativos que o leitor tem de atualizar, mesmo porque um texto pode ser lido em muitas direções, é o próprio texto quem fornece as instruções que devem ser seguidas. Por ser *modelo*, o leitor ideal é aquele que coopera com o texto nas atualizações previstas e que se propõe a seguir os indicativos por ele fornecidos. Dentre as muitas instruções/estratégias de cooperação textual que um texto propõe ao seu leitor-modelo encontra-se o que Eco (1986) chamou de *passeios inferenciais*, que constituem as previsões do leitor sobre o desenrolar dos próximos acontecimentos textuais.

Os passeios inferenciais correspondem, então, a este ponto de contato entre o que o leitor não conhece (o próximo curso de eventos) e aquilo que já conhece de narrativas anteriores, e que lhe são, portanto, familiares, como determinadas ações realizadas por alguns personagens, ou certos acontecimentos em que há grande probabilidade de se repetirem em outro momento da trama. Conforme Eco (1984), “o leitor, por assim dizer, sai do texto, vai explorar o universo da intertextualidade e da sua competência enciclopédica, retorna ao texto com uma carga de informações e começa a fazer inferências. Isto é, visto que na maioria dos demais casos aconteceu assim, pode dar-se que desta vez ocorra o mesmo” (ECO, 1984: 146).

Como interpretar necessariamente remete a um certo trabalho inferencial, o leitor/espectador partirá em busca de traços, ao nível das estruturas discursivas, que confirmem ou não se as hipóteses levantadas a partir da *superfície textual* estavam corretas. Este tipo de atualização implica, desde já, o reconhecimento de determinados *códigos e*

subcódigos que estruturam a narrativa. É o momento em que se estabelecem as co-relações e as articulações textuais que servirão de possível orientação interpretativa.

A partir dessas informações decorrentes, as *regras de co-referência* vêm em auxílio do leitor, indicando-lhe quais as *seleções contextuais e circunstanciais* e quais as *encenações comuns e intertextuais* que devem ser atualizadas para o prosseguimento de uma compreensão satisfatória. As regras de co-referência referem-se a determinados elementos textuais que não explicitam seu significado em um primeiro momento, mas apenas indicam a que se referem, necessitando, justamente, de uma articulação/conexão/co-relação maior, efetuada por outros elementos textuais com os quais se associa.

Neste sentido, alguns desses elementos serão *ativados* e outros serão *narcotizados*. A habilidade do leitor/sujeito/receptor em perceber este tipo de associação acarretará um melhor emprego/aproveitamento das regras de co-referência aos *topics*, por exemplo, ou ao próprio contexto global que o texto quer que seja atualizado. Cabe ao leitor/sujeito/receptor mais especializado seguir as indicações fornecidas pelo texto, caso queira descobrir quais as estratégias que o constituíram. Os *topics* representam as indicações que o texto vai pontuando e que acarretam mudanças no estado de mundo narrativo, introduzindo novos cursos de eventos. Constituem-se em *nós de significação* que se repetem no decorrer da narrativa. O texto tanto poderia *supor* que o leitor os percebesse, quanto poderia *contê-los* explicitamente, sob a forma de “marcadores” ou “indicadores” de futuros momentos textuais. De qualquer forma, deverão ser confirmados em outro momento do texto.

Como a identificação do *topic* remete a uma pergunta implícita efetuada pelo leitor, de onde emerge a individualização de um argumento possível, [de que trata o texto?] consiste no primeiro esforço do leitor/espectador em saber se o texto trata daquilo que ele pensou que trata. Este argumento também pode não estar expresso no texto, e é a primeira tentativa de interrogação que o leitor faz. Para tanto, deve encontrar expresso no nível semântico do texto uma determinada *isotopia*, que remeterá não apenas aos *topics* elencados pelo leitor, mas também a outros elementos textuais que confirmarão um determinado sentido.

Tais pressupostos levam os leitores/sujeitos/receptores a separar o *sujeito da enunciação* do *sujeito do enunciado*. O sujeito da enunciação, conforme é chamado em teoria do discurso, é a figura “virtual” que produziu o texto. Ou seja, trata-se de uma “presença” que não pode ser vista. “O sujeito do enunciado, ao contrário, é aquele que diz ou não diz

implícita ou explicitamente *eu* no texto, mas não é aquele que, num romance, conta e diz ‘eu me encontrava naquele dia’, porque a esta altura o sujeito do enunciado é aquele que faz um enunciado narrativo, onde pode haver outra voz que narra, que faz outra enunciação” (ECO, 1984: 104). Este “eu falante”, que pode aparecer no texto, é justamente o sujeito do enunciado, restrito aos limites exclusivamente textuais.

Deste momento em diante, depois de atualizadas as declarações dos protagonistas e dos demais personagens, o espectador percebe que a narrativa não expõe somente fatos “internos” da estrutura textual, como o comportamento e as situações psicológicas de seus personagens, mas também fatos “externos” armazenados em sua enciclopédia, que lhe remetem ao mundo “real” por ele conhecido. Estabelecido este *ponto de contado*, ou melhor dito, este *elo de ligação* efetuado pelas extensões parentetizadas, tais competências o fazem confirmar o que as *circunstâncias de enunciação* e a *manifestação linear* já lhe haviam dito.

Feitas as escolhas, as *hipercodificações* e as *seleções intertextuais* devidamente acessadas em sua enciclopédia, vêm em seu auxílio. A partir daí, o leiro/sujeito/receptor se dirige para estruturas interpretativas mais profundas, como as ideológicas e os quadros culturais, que, muitas vezes, já podem ter-lhe sido fornecidas de antemão; isto se souber reconhecê-las. Sobretudo, este *plus-lector*, como nos coloca Eco (1986), deve aceitar cumprir as *operações de análise* e as *etapas interpretativas* propostas.

A ressalva que se faz, entretanto, é a de que os níveis e subníveis textuais em que podem ocorrer essas estratégias de cooperação por parte de um leitor-modelo são pressupostos teóricos: “Assim, não representam um modelo completo dos níveis de texto, mas em particular um modelo dos níveis especialmente pertinentes num texto narrativo” (ECO, 1984: 107-108). Ressalta que “nossa interpretação provavelmente pode reconstruir certas fases de sua produção ou geração, mas não se pode dizer que possa construí-las todas” (ECO, 1984: 108).

Com muita propriedade, Umberto Eco (1984) coloca que o modelo proposto para uma possível interpretação não é unívoco, pois não segue uma única trajetória interpretativa, podendo seguir em várias direções: “Na interpretação de um texto, não há uma linha interpretativa unitária a ser seguida, uma linha que reconstrua o percurso gerativo ideal: há saltos, antecipações, alterações do registro conforme o tipo de leitura, e temos de nos dispor flexivelmente para identificar esses movimentos” (ECO, 1984: 108).



A partir dessa problemática, emerge a relação estabelecida entre recepção, produção de sentido e interpretação que, para uma abordagem semiótica, se dá no espaço continuamente renovável do construto textual. Nestes termos, o modelo semiótico-textual coloca o processo comunicativo como o *lugar privilegiado* em que melhor se percebe o *caráter negociável* da significação. A produção de sentido, neste caso, não pode ser encarada como algo que já está determinado, *a priori*, por uma univocidade comunicativa concreta, que não aceita “desvios” interpretativos da fonte emissora à fonte receptora.

A significação, ao contrário, se estabelece como um *processo dinâmico* que se constrói no momento em que o leitor/sujeito/receptor interage com o texto, decodificando as diversas textualidades que chegam até ele, razão pela qual este leitor/sujeito/receptor faz parte do quadro gerativo do próprio texto, constituindo-se como *princípio ativo* da interpretação. Esta concepção negociada da significação se produz, justamente, pela possibilidade de “abertura” à complementação que caracteriza todo o texto, procedimento que necessita do trabalho cooperativo desenvolvido pelo leitor no preenchimento da *incompletude* que constitui o tecido textual.

A partir de tal perspectiva teórica, os processos de recepção são entendidos enquanto *percursos interpretativos* que este destinatário ideal tem de atualizar para preencher os interditos textuais através dos quais se produz a significação. Entretanto, como essa *estratégia textual* chamada *leitor-modelo* não é algo imediatamente evidente, esta atualização se dá através das diferentes etapas contempladas pelo modelo semiótico-textual, para as quais concorrem uma maior ou menor competência enciclopédica do leitor. O receptor/leitor-modelo, que neste caso se constitui em um sujeito abstrato, se manifesta/presentifica no âmbito textual, local onde os fenômenos de produção de sentido/significação somente adquirem forma mediante sua *contextualização* social e cultural, determinada pela competência enciclopédica, assumida como ponto de referência interpretativo que interfere diretamente no recebimento dos textos por parte dos destinatários.

Neste sentido, o ato/processo de recepção está associado às diferentes etapas contempladas pelo modelo semiótico-textual, através das quais se dá a relação entre o *texto* e o *leitor*, que trazem consigo jogos abduativos, interações, negociações de significados, choques interpretativos e produção de sentidos. Como o processo comunicativo se produz através da emissão e recepção de conjuntos de práticas textuais, cabe a este receptor ideal, aqui teorizado



enquanto *simulacro textual* que não representa outro aspecto senão o de um *conjunto de estratégias* que são pressupostas pelo texto, decodificar as diferentes *textualidades* recebidas, atuando como figura mediadora/articuladora da interpretação.

Como se percebe, o *sujeito da semiose*, conforme colocado por Eco (2000), está implícito *no* texto e não será manifestado enquanto *concretude* de um *sujeito-empírico* do mundo real. Há de se admitir, todavia, que os sistemas de significação nos quais a semiótica procura explicá-lo implicam a existência de um *código*, convencionado social e culturalmente por estes sujeitos empíricos, através do qual se verifica a significação e o estabelecimento de categorias explicativas. É neste sentido específico que o modelo semiótico-textual procura representar esta possibilidade de estabelecer correlações entre o sujeito empírico e os sistemas de significação semióticos.

Deste modo, o leitor ideal teorizado por Umberto Eco se concentra em um jogo de produção de sentido que se percebe através das condições/etapas em que essas complementações ocorrem. Tais complementações ocorrerão conforme expressas nos níveis e subníveis do referido modelo. A competência enciclopédica deste leitor-modelo se transforma no fator decisivo de todo este processo. Durante seu trajeto interpretativo, contará com a atualização contínua de sua enciclopédia, a quem deve recorrer para que se estabeleça o tipo de decisão interpretativa a ser tomada.

A proposta de um leitor-modelo, enquanto procedimento metodológico de leitura, representa um patamar abstrativo que somente por ser *ideal*; torna-se *possível*. De outro modo, extrapolaria o modelo de análise desde o princípio. Como uma cooperação textual se dá de múltiplas maneiras e através de vários códigos, terá realizado um “preenchimento específico” das “formas” e dos “conteúdos” existentes em um texto. Este simulacro de leitor, altamente capacitado, deve ainda desenvolver uma hipótese interpretativa que coopere com o esquema metatextual proposto pelo texto para a produção de um determinado sentido.

Nestas circunstâncias, o “conceito” de texto para Umberto Eco (1986) termina por ser entendido como um mecanismo que prescreve as propriedades que devem ser narcotizadas e as propriedades que devem ser magnificadas através da representação [enciclopédica] que estrutura e constitui o próprio modelo, dos termos que o compõem, e do modo de estabelecimento dos níveis de sentido que dele emergem. Todavia, estará *incompleto* em sua *completude*, se não for adequadamente preenchido. E todo o discurso polifônico das



multiplicidades das linguagens/textualidades que o compõem somente se realizará através deste leitor especialmente designado/qualificado para tal.

Para além de toda a problemática inicialmente levantada, a discussão acerca do modelo semiótico-textual aponta para outros questionamentos não compreendidos pelo próprio modelo: até que ponto os *níveis* de cooperação pressupostos para um leitor podem ser adequados à complexidade interpretativa que um texto requer? Ao que parece, um texto sempre termina por extrapolar as próprias regras/instruções que sugere e postula, podendo ser mais do que aquilo que se prevê/determina que ele seja. Como se percebe, a construção/desconstrução que se faz necessária ocorre em um nível estrutural-interpretativo bem mais profundo.

A atividade do leitor/sujeito/receptor representa um processo ativo cuja produção de sentido/significação se dá através de uma circularidade/dinamicidade de elementos. Ou seja, se por um lado temos uma relação *interna* entre texto e leitor, para a qual o modelo semiótico-textual procura dar conta através de seus diferentes níveis e subníveis, por outro temos toda uma gama de fatores *externos* ao texto que não se enquadram na previsão estanque das categorias analíticas, principalmente no que diz respeito à cultura particular e às experiências vivenciadas por este indivíduo.

Estes fatores internos e externos que fazem parte do modelo semiótico-textual terminam por transparecer a noção de que se referem a duas esferas que ora imbricam-se; ora colidem; ora interpenetram-se; ora concorrem para a construção da magnitude do processo comunicativo/interpretativo que levam a cabo. Ao que parece, os processos de codificação/decodificação das diferentes mensagens/linguagens/textualidades que este leitor/sujeito/receptor mantém com o *contexto* em que se dá essa interpretação escapa da esquematização, formalização e sistematização proporcionadas pelo referido modelo.

Assim sendo, temos uma relação do *texto* com um *contexto extratextual* que, digamos assim, representa justamente a *base* do processo comunicacional que o modelo semiótico-textual prefere não aprofundar, sob pena de extrapolar o campo teórico em que habita, transferindo a discussão para “fora de si mesmo”, como algo que não lhe pertence e não lhe interessa resolver. Se por um lado temos uma concepção negociável da comunicação, onde não se privilegia um dos pólos em detrimento do outro, por outro lado também temos a

possibilidade dos leitores/sujeitos/receptores interagirem [intra], [inter], [extra] e [trans]textualmente com seu sentido.

Nestes termos, talvez seja necessário ao modelo uma articulação que se dê para *além* da relação entre leitor e texto e entre texto e contexto, contemplando uma interação entre o *leitor* e o *contexto* em que ocorre a cooperação/comunicação/interpretação. Em função da complexidade que o próprio processo comunicativo exige, parece que o modelo semiótico-textual deixa indícios de que o nível cooperativo que espera que seja atualizado, como um todo, por seu leitor/sujeito/receptor, precisa extrapolar essa estrutura rígida inicialmente preestabelecida por suas categorias; caso queira voltar-se para o caráter negociável da comunicação, em que as mensagens/linguagens/textualidades dos meios de comunicação de massa são geralmente polissêmicas e controvertidas. Já que estamos falando de limites às interpretações possíveis requeridas por um texto, se por um lado o próprio Umberto Eco (1986) nos diz que o modelo semiótico-textual admite complementações, uma vez que não representa a totalidade dos níveis do texto; por outro lado, paradoxalmente, não permite que tais complementações interfiram na estrutura/organização interna que dá sustentação ao referido modelo.

Longe do estabelecimento de alguma forma de restrição a uma abordagem analítico-interpretativa dessa natureza, o modelo [estrutural] de análise proposto por Umberto Eco (1986) faz-se representar através de uma *expressão* fixa e predeterminada [fechada] de interpretação textual que, ao sistematizar os diferentes níveis interpretativos, permite em seu próprio interior um *conteúdo* dinâmico [aberto] de interpretação. Talvez por isso estabeleça a divisão entre o *plano da expressão* e o *plano do conteúdo*: se por um lado necessita que sejam separados, para explicar, esquematicamente, como ocorre a cooperação interpretativa por parte do leitor; por outro lado, percebe a complementaridade que se dá entre as duas instâncias do plano do signo.

Por estas razões, a possibilidade de “abertura” e “flexibilidade” interpretativas permitem a cooperação do leitor até um certo ponto, a partir do qual o estabelecimento das categorias de análise fornece/determina limites precisos às possibilidades interpretativas. A aproximação a uma certa tendência estruturalista, entretanto, tem seu grande mérito colocado justamente no fato de não permitir nenhum tipo de *divagação interpretativa* sem uma base



extremamente bem estabelecida. Ou seja: proíbe “achismos” e “chutes” interpretativos sem fundamentação teórica.

Porto Alegre, 30 de abril de 2003.



Referências Bibliográficas

- ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. **O conceito de texto**. São Paulo: EDUSP, 1984.
- _____. **Os limites da interpretação**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- GRANDI, Roberto. **Texto y contexto en los medios de comunicación: análisis de la información, publicidad, entretenimiento y su consumo**. Barcelona: Bosch, 1995.
- HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. (orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2000.
- RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação: problemas correntes e autores**. São Paulo: EDICOM, 1998.
- SANTAELLA, Lucia **Texto**. In: JOBIM, José Luís (org.). **Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo de literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.